

SUMÁRIO

Primeira Parte PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

Capítulo 1

TIPOLOGIA DO DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO	23
---	-----------

Capítulo 2

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL	25
---	-----------

2.1. Princípios do processo administrativo fiscal.....	25
2.1.1. Princípios constitucionais	25
2.1.1.1. Legalidade	25
2.1.1.2. Impessoalidade	27
2.1.1.3. Moralidade	27
2.1.1.4. Publicidade	28
2.1.1.5. Eficiência.....	30
2.1.2. Princípios constitucionais do processo aplicáveis ao processo ad- ministrativo fiscal	31
2.1.2.1. Inafastabilidade do controle jurisdicional da decisão pro- ferida na esfera administrativa (artigo 5º, inciso XXXV) ...	32
2.1.2.2. Devido processo legal (artigo 5º, inciso LIV).....	35
2.1.2.3. Contraditório e ampla defesa (artigo 5º, inciso LV)	37
2.1.2.4. A inadmissão das provas obtidas por meios ilícitos (artigo 5º, inciso LVI).....	44
2.1.2.5. Duração razoável do processo (artigo 5º, inciso LXXVIII)...	48
2.1.2.6. Motivação das decisões (art. 93, inciso IX)	50
2.1.3. Aplicação dos princípios do processo administrativo do ente políti- co.....	52

2.1.3.1. Os princípios do processo administrativo federal e sua aplicação nas demais esferas.....	54
2.2. Contencioso administrativo tributário e a EC nº 132/2023	61
Capítulo 3	
COMPETÊNCIA LEGISLATIVA	65
3.1. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil ao processo administrativo fiscal?	66
Capítulo 4	
EFICÁCIA DAS NORMAS DE PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL NO TEMPO.....	69
Capítulo 5	
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL FEDERAL (PAF)	73
5.1. Noções preliminares.....	73
5.2. Fase de instauração.....	75
5.2.1. Notificação de lançamento e seus requisitos	75
5.2.2. Auto de infração e seus requisitos	76
5.3. Impugnação.....	77
5.4. Questões procedimentais.....	81
5.4.1. Aspectos probatórios	81
5.4.2. Intimações	82
5.5. Fase de julgamento.....	83
5.5.1. O ônus da prova no processo administrativo fiscal	85
5.5.2. Decisão do processo administrativo fiscal	89
5.5.3. Reconhecimento de inconstitucionalidade na decisão administrativa.....	91
5.5.3.1. Reconhecimento de inconstitucionalidade de norma. O papel dos precedentes no Código de Processo Civil e seu impacto no processo administrativo fiscal	91
5.5.3.2. Reconhecimento de inconstitucionalidade de ato administrativo	95
5.5.4. Prejudicialidade da decisão do processo administrativo fiscal para a esfera penal.....	95
5.6. Recursos contra a decisão de primeira instância	97
5.6.1. Embargos de declaração	98
5.6.2. Recurso voluntário e remessa obrigatória	99

5.6.3.	Depósito prévio ou arrolamento de bens como condição de procedibilidade de recurso?	101
5.6.4.	O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)	102
5.6.4.1.	O voto de qualidade	104
5.6.5.	Recurso especial	107
5.6.6.	Pedido de reconsideração	107
5.7.	“Coisa julgada administrativa”	108
5.8.	Efeitos da decisão final	110
5.9.	Limites das medidas constritivas administrativas	111

Segunda Parte

PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO

Capítulo 6

PRERROGATIVAS PROCESSUAIS DA FAZENDA PÚBLICA	115
6.1. Conceito de Fazenda Pública	115
6.2. As prerrogativas processuais da Fazenda Pública no processo tributário e sua legitimação	117
6.2.1. O Princípio da Supremacia do Interesse Público	117
6.2.2. Os direitos fundamentais processuais como filtros de legitimação das prerrogativas	120
6.3. A sistemática de prazos para a Fazenda Pública.....	123
6.3.1. Exceções.....	124
6.4. Intimação pessoal	125
6.5. Duplo grau obrigatório de jurisdição.....	126
6.5.1. Recursos em face da decisão da remessa necessária	133

Capítulo 7

TUTELA PROVISÓRIA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA.....	137
7.1. As espécies de tutelas provisórias.....	137
7.2. Contracautela para a concessão de tutela antecipada ou cautelar tributária...	139
7.2.1. Exigência de caução para a suspensão da exigibilidade do crédito tributário	142
7.2.2. Ação cautelar prévia de caução e honorários.....	145
7.3. Restrições à tutela provisória em matéria tributária.....	147
7.4. Efeitos da revogação da tutela provisória.....	151

7.5.	Medida cautelar fiscal	153
7.5.1.	Cabimento	154

Capítulo 8

EXECUÇÃO FISCAL	159	
8.1.	Conceito e cabimento. A certidão de dívida ativa	159
8.1.1.	Presunção e requisitos da certidão.....	165
8.2.	Legitimidade ativa.....	167
8.3.	Legitimidade Passiva	174
8.3.1.	Sucessor do devedor	175
8.3.1.1.	Espólio	175
8.3.1.2.	Sucessão da pessoa jurídica.....	177
8.3.2.	Responsabilidade dos sócios	178
8.3.2.1.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica na execução fiscal?.....	184
8.3.3.	Executado falido	187
8.4.	Competência	191
8.4.1.	Competências constitucionais.....	191
8.4.2.	Competência territorial.....	194
8.4.3.	Falência do executado: deslocamento da competência da execução fiscal?	195
8.4.4.	Reunião de execuções fiscais	196
8.5.	Procedimento	197
8.5.1.	Propositura da execução	197
8.5.2.	Indícios de bens para a propositura da execução fiscal federal. O regime diferenciado de cobrança da dívida ativa federal	199
8.5.3.	A citação do executado	201
8.5.3.1.	Modalidades de citação	202
8.5.4.	Intimação da Fazenda Pública.....	204
8.5.5.	Penhora	205
8.5.5.1.	Ordem especial de bens para a penhora	206
8.5.5.2.	Penhora de dinheiro	207
8.5.5.3.	Seguro garantia e fiança bancária	210
8.5.5.4.	Penhora de faturamento da pessoa jurídica	215
8.5.5.5.	Intimação da penhora	217
8.5.5.6.	Substituições de penhora	218

8.5.5.7.	Fraude à execução fiscal.....	220
8.6.	Outras medidas executivas na execução fiscal	222
8.6.1.	Medidas coercitivas administrativas.....	222
8.6.1.1.	Protesto de dívida ativa.....	223
8.6.1.2.	A averbação pré-executória enquanto medida coercitiva ao pagamento do crédito tributário	226
8.6.2.	Medidas coercitivas no curso da execução.....	227
8.7.	Defesas do executado.....	234
8.7.1.	Embargos à execução	234
8.7.1.1.	Formas de contagem do prazo para embargos	235
8.7.1.2.	Exigência de garantia para a admissibilidade dos embargos?.....	237
8.7.1.3.	Efeito suspensivo	243
8.7.1.4.	Competência	245
8.7.1.5.	Cognição e procedimento	246
8.7.1.6.	Recursos.....	247
8.7.2.	Outros meios de defesa do executado	251
8.7.2.1.	Exceção de pré-executividade ou objeção de não executividade.....	251
8.7.2.2.	Outras ações autônomas – a ação anulatória de débito fiscal	252
8.8.	Suspensão da execução fiscal	254
8.9.	O concurso de preferências entre entes públicos.....	259
8.10.	Honorários na execução fiscal.....	261

Capítulo 9

AÇÕES ANTIEXACIONAIS – REGRAS GERAIS.....	269	
9.1.	Conceito e espécies	269
9.2.	Competência nas ações tributárias.....	270
9.2.1.	Ações tributárias em face da União ou da Fazenda Pública federal .	271
9.2.2.	Ações tributárias em face das Fazendas Públicas Estaduais, Municipal e Distrital.....	275
9.3.	Suspensão da exigibilidade do crédito pela propositura de alguma dessas ações?	278
9.4.	Procedimento das ações tributárias.....	279
9.4.1.	Obrigatoriedade de audiência de conciliação ou mediação nas ações tributárias?	280

9.4.2.	Revelia nas ações tributárias	283
9.4.3.	Ônus da prova nas ações tributárias	285
9.4.4.	Honorários advocatícios nas ações tributárias	289
9.4.4.1	Ação cautelar prévia de caução	294
9.4.4.2.	Equidade	294
9.4.4.3.	Honorários recursais	298
9.4.4.4.	Valor da dívida executada e honorários	301
9.5.	Coisa julgada nas ações tributárias.....	302
9.5.1.	Estabilidade das sentenças terminativas	303
9.5.2.	Coisa julgada nas ações tributárias em que são julgadas relações jurídicas continuativas. A necessidade de releitura da Súmula n. 239 do Supremo Tribunal Federal	304
9.5.2.1	O STF e a coisa julgada em matéria tributária	307
9.5.3.	Coisa julgada “inconstitucional”	309
9.6.	Ações coletivas em matéria tributária	313

Capítulo 10

MANDADO DE SEGURANÇA TRIBUTÁRIO	319
10.1. Conceito e histórico	319
10.2. Direito líquido e certo	320
10.3. Prazo	324
10.3.1. Prestações tributárias sucessivas	326
10.4. O ato de autoridade fiscal.....	326
10.4.1. Compensação tributária	329
10.4.2. Leis tributárias.....	331
10.4.3. Mandado de segurança tributário preventivo	334
10.5. Legitimidade no mandado de segurança tributário	334
10.5.1. Legitimidade ativa.....	334
10.5.1.1. O falecimento do contribuinte impetrante	335
10.5.2. Legitimidade passiva.....	336
10.5.2.1. A autoridade coatora	338
10.6. Liminar.....	342
10.7. Procedimento.....	344
10.8. Sentença	346
10.9. Coisa julgada	348
10.10. Recursos	350

10.10.1. Recursos no mandado de segurança tributário de competência originária de primeiro grau	351
10.10.2. Recursos no mandado de segurança tributário de competência originária de tribunal.....	355
10.11. Execução	359
10.12. Restituição do indébito tributário reconhecido por decisão judicial em mandado de segurança.....	360
Capítulo 11	
AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	363
11.1. Cabimento	363
11.1.1. Discussão da exigibilidade ou extensão do crédito tributário	367
11.1.2. Parcelamento do débito?	368
11.1.3. Consignação extrajudicial?	369
11.2. Depósito	369
11.3. Procedimento	373
11.3.1. Procedimento quando da exigibilidade do tributo por mais de um ente	373
Capítulo 12	
AÇÃO DECLARATÓRIA.....	375
12.1. Cabimento	375
12.2. Procedimento	377
12.2.1. Eficácia da sentença declaratória e seu cumprimento	377
12.3. Impossibilidade de ampliação da isenção prevista no artigo 6º, inciso XIV da Lei nº 7.713/88 pela via da ação declaratória	379
Capítulo 13	
AÇÃO ANULATÓRIA.....	383
13.1. Cabimento e natureza.....	383
13.2. Desnecessidade de depósito prévio como pressuposto processual da ação anulatória.....	384
13.3. Conexão entre ação anulatória e execução fiscal?	385
13.4. Litispendência entre ação anulatória e embargos à execução fiscal?	388
Capítulo 14	
AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO.....	391
14.1. Cabimento	391

14.1.1. O interesse de agir na repetição do indébito pela via judicial	392
14.2. Prazo	396
14.3. Legitimidade	397
14.4. Tramitação da ação de repetição de indébito durante pedido de compensação?	401
14.5. Cumprimento da sentença que deferir a restituição	403
14.5.1. O cumprimento da sentença que reconheça obrigação de pagar em face da Fazenda Pública	404
14.5.1.1. A impugnação ao cumprimento de sentença	410

Terceira Parte

OUTROS MEIOS DE RESOLUÇÃO DE COFLITOS TRIBUTÁRIOS

Capítulo 15

A CONSENSUALIDADE TRIBUTÁRIA	415
15.1. O acesso à solução justa para os conflitos	415
15.2. Os meios consensuais de solução de conflitos na Administração Pública	419
15.3. Os meios consensuais em matéria tributária	421
15.4. Alguns mecanismos de consensualidade tributária	428
15.4.1. As transações tributárias na Administração Federal - a Lei n. 13.988/20	428
15.4.2. Outros mecanismos de consensualidade tributária	432
15.5. Riscos à impessoalidade e efeitos concorrenciais na transação tributária	435
15.5.1. As transações por adesão na Lei n. 13.988/20	436
15.5.2. Confidencialidade x publicidade na consensualidade tributária	440
15.6. Negócios jurídicos processuais em matéria tributária	442
15.7. Arbitragem tributária	448
15.7.1. Arbitrabilidade objetiva tributária	452

Capítulo 16

DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL	455
REFERÊNCIAS	459